



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Diadema, 16 de setembro de 2025

OF.ML. Nº 27/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e de seus Ilustres Pares, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Diadema e cria o Fundo de Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional de Diadema.

O Executivo, ciente de que diversas são as frentes necessárias para o atendimento da segurança alimentar e nutricional do cidadão e, considerando a diversidade do público que carece de ações públicas voltadas a essa política, pretende consolidar outros programas que se mostraram eficientes.

A propositura busca estabelecer e apoiar financeiramente o Programa Armazém Solidário, voltado à produção e aquisição de gêneros alimentícios, gás de cozinha, produtos de limpeza, higiene pessoal e demais itens que visem à promoção da saúde e qualidade de vida de população, com preços subsidiados, destinados à oferta aos consumidores de baixo poder aquisitivo.

Nesse sentido, procura-se atualizar a Lei Municipal nº 4.088, de 21 de julho de 2021 ao possibilitar também a aquisição pelo Poder Público de alimentos para compor o Banco de Alimentos, se necessários para viabilizar a destruição adequada e igualitária à população.

Por outro lado, o Programa Diadema Solidária destaca-se como programa eficiente na distribuição de cestas básicas à população vulnerável, contando com a colaboração entre o Poder Público e organizações privadas.

O Poder Executivo entende que são políticas complementares, que podem conviver e são destinadas a públicos específicos. Por sua vez, vale destacar a intenção de institucionalizar o Bom Prato Diademense, possibilitando o custo acessível ou mesmo a gratuidade para a população mais carente.

O objetivo da Municipalidade com o conjunto de ações lançadas no Projeto de Lei é que nenhum cidadão passe fome e tenha garantida a segurança alimentar e nutricional.

A Rede Cozinha Criativa – Cozinha Solidária, programa transversal que visa à produção de refeições e à capacitação profissional para ingresso no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se destina o produto para a população carente. As medidas atendem a política de segurança alimentar e nutricional e fomenta a atividade econômica local.

Ademais, as Hortas Comunitárias com objetivo de oferecer oficinas práticas e gratuitas aos moradores e o programa Agricultura Urbana têm como finalidade promover o cultivo de



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

alimentos em áreas dentro das cidades, contribuindo para a segurança alimentar, geração de renda, educação ambiental e reaproveitamento de espaços ociosos.

São estas, senhores Vereadores, em linhas gerais, as razões que motivaram o envio do presente Projeto de Lei, o qual, tenho a certeza, encontrará o amparo do amplo consenso desse Legislativo.

Nesta conformidade, aguarda este Executivo venha esse Colendo Legislativo acolher e aprovar o incluso Projeto de Lei, convertendo-o em diploma legal, o mais breve possível.

Valho-me do ensejo para enviar a Vossa Excelência e demais componentes deste Sodalício os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

TAKAHARU YAMAUCHI

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Rodrigo Capel
Presidente da Câmara Municipal de Diadema
Av. Antonio Piranga, 474 – Centro
Diadema - SP



Assinaturas do documento



"OF ML Nº 27 2025 mensagem legislativa"

Código para verificação: **EF1MBUFY**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



TAKAHARU YAMAUCHI (CPF: ***.963.558-**) em 17/09/2025 às 15:04:16 (GMT-03:00)
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://eprocesso.diadema.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **PMDI**

00023429/2025 e o código **EF1MBUFY** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

PROJETO DE LEI N.º 027, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025

DISPÕE sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Diadema;

TAKAHARU YAMAUCHI, Prefeito do Município de Diadema, Estado de São Paulo no uso e gozo de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Diadema, com a finalidade de implementar, coordenar e desenvolver programas e ações que visem à aquisição de gêneros alimentícios, produtos de limpeza, higiene pessoal e demais itens voltados à promoção da saúde e qualidade de vida da população, para serem destinados aos consumidores de baixo poder aquisitivo.

Parágrafo único. Os programas e ações voltados ao combate à fome poderão, no que for possível, fomentar o desenvolvimento econômico nas regiões vulneráveis da cidade, caracterizando a transversalidade da Política Pública.

Art. 2º. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional constitui-se dos seguintes programas:

I - Armazém Solidário, que corresponde à implementação, manutenção e operação de pontos de venda de produtos tais como gêneros alimentícios, gás de cozinha, produtos de limpeza, higiene pessoal e demais itens voltados à promoção da saúde e qualidade de vida, a preços subsidiados para consumidores de baixo poder aquisitivo, conforme definição no decreto regulamentador;

II - Banco de Alimentos instituído pela Lei Municipal nº 4.088, de 21 de julho de 2021, que são as estruturas físicas e/ou logísticas que ofertam o serviço de captação, recepção ou ainda, aquisição e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores privados e públicos.

III - Diadema Solidária, cujo objetivo é prover a segurança alimentar através da distribuição de cestas básicas e itens de primeira necessidade à população vulnerável, com a colaboração entre Poder Público e organizações privadas;

IV - Bom Prato Diademense, com o objetivo de fornecer refeições saudáveis e de alta qualidade para a população de baixa renda a custo acessível e para a população de rua constante do cadastro municipal gratuitamente;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA****PROJETO DE LEI N.º 027, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025**

V – Hortas Comunitárias, com objetivo de oferecer oficinas práticas e gratuitas aos moradores na produção de hortas caseiras, para cultivo de temperos, compostagem e manejo de pequenas hortas.

VI - Agricultura Urbana, o programa de agricultura urbana tem como finalidade promover o cultivo de alimentos em áreas dentro das cidades, contribuindo para a segurança alimentar, geração de renda, educação ambiental e reaproveitamento de espaços ociosos.

VII – Rede Cozinha Criativa - Cozinha Solidária, com o objetivo de fornecer capacitação na área de serviços de alimentação e, concomitantemente, produzir refeições para distribuição à população vulnerável da Cidade de Diadema;

§ 1º Para a execução do Programa Diadema Solidária, o Município poderá receber doações de produtos não perecíveis e básicos para alimentação, higiene pessoal e limpeza ou adquirir produtos e cestas básicas, cabendo à Coordenação do Programa Diadema Solidária a adoção de providências para a logística de armazenagem e distribuição.

§ 2º É possível a formalização de convênios com a União e o Estado de São Paulo para a execução dos programas destinados ao combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional, como o Banco de Alimentos.

Art. 3º. São princípios e diretrizes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional:

I - A tutela da população economicamente vulnerável da Cidade de Diadema;

II - O atendimento das necessidades básicas vitais e de dignidade da pessoa humana;

III - O atendimento de necessidades especiais que promovam a saúde e a qualidade de vida da população economicamente vulnerável;

IV - A transversalidade das ações e programas visando ao atendimento das necessidades básicas da população carente e ao fomento da atividade econômica de pequenos empreendedores e agricultores familiares;

V - A consolidação de inovações sociais que geraram resultados positivos no combate à fome das populações vulneráveis da cidade.

Art. 4º. O Poder Executivo fica autorizado a outorgar concessão e permissão dos serviços e bens relacionados aos armazéns solidários, aplicando-se, no que couber, ou contratar pessoa jurídica para administração e gestão.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA****PROJETO DE LEI N.º 027, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025**

Art. 5º. Os Programas elencados no art. 2º poderão ser executados através de parcerias firmadas com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando compatíveis com a disciplina do instituto.

Art. 6º. Fica criado o Fundo de Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional de Diadema – FASAND, com o objetivo de custear a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, podendo:

I - Desenvolver e apoiar financeiramente programas e projetos que visem à produção e aquisição de gêneros alimentícios, produtos de limpeza, higiene pessoal e demais itens voltados à promoção da saúde e qualidade de vida da população, destinados à oferta aos consumidores de baixo poder aquisitivo;

II - Custear benfeitorias necessárias aos equipamentos destinados as ações de segurança alimentar e nutricional;

III - Apoiar a logística de distribuição de bens recebidos em doação;

IV - Financiar a contratação ou a parceria formalizada para o desenvolvimento dos programas elencados nesta Lei;

V - Desenvolver e apoiar outras ações de segurança alimentar e nutricional aprovadas pelo Conselho de Administração do Fundo na conformidade do regulamento.

Parágrafo único: O FASAND tem duração indeterminada, natureza contábil, caráter relativo, gestão autônoma e será vinculado e administrado pela Secretaria de Segurança Alimentar, com auxílio de Conselho de Administração, nos termos do regulamento.

Art. 7º. O FASAND será administrado por um Comitê Executivo, integrado pelos representantes máximos das seguintes Secretarias Municipais:

I – Secretário de Segurança Alimentar, que o presidirá;

II – Secretário de Planejamento e Gestão;

III – Secretário de Finanças;

IV – Secretário de Governo.

§ 1º A Secretária-geral do Comitê Executivo será exercida por servidor lotado na Secretaria de Segurança Alimentar, a ser indicado pelo respectivo Titular da Pasta.

§ 2º Sempre que necessário, os membros indicados poderão designar representante para substituí-los.

Art. 8º. No exercício da administração do FASAND, constituem atribuições do Comitê Executivo, dentre outras:

I – Aprovar o plano de aplicação de recursos do FASAND;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

PROJETO DE LEI N.º 027, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025

- II – Deliberar quanto à aceitação de doações, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza;
- III – Acompanhar a utilização dos recursos do FASAND pelas unidades executoras;
- IV – Prestar contas à sociedade civil das atividades desenvolvidas com recursos do FASAND.

Art. 9º. O Comitê Executivo será auxiliado pelo Conselho de Administração do FASAND, órgão consultivo e de assessoramento, integrado por até 7 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, designados pelo Secretário de Governo dentre cidadãos de notório saber, reputação ilibada e com conhecimento técnico na área de segurança alimentar.

Parágrafo único. Caberá ao Secretário de Planejamento e Gestão a presidência do Conselho de Administração do FASAND, podendo designar representante para substituí-lo.

Art. 10. O Conselho de Administração do FASAND se reunirá semestralmente em caráter ordinário, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Comitê Executivo.

Parágrafo único. As atividades dos membros do Conselho de Administração serão exercidas gratuitamente por tratar-se de serviço de relevante interesse público.

Art. 11. Constituirão receitas do FASAND:

- I - As transferências do Município;
- II - As doações, auxílios, subvenções, contribuições e transferências;
- III - Participações em acordos e convênios firmados com entidades municipais, estaduais e federais;
- IV - Receitas da comercialização de produtos nos Armazéns Solidários;
- V - O rendimento decorrente da aplicação financeira dos saldos disponíveis do FASAND.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere este artigo serão depositados em conta bancária especial, em nome do FASAND, e serão movimentados em conformidade com o que for estabelecido em seu regulamento.

Art. 12. O Chefe do Poder Executivo, mediante decreto, abrirá o orçamento do FASAND e estabelecerá as normas relativas à sua operacionalização.

Art. 13. Os recursos do FASAND serão aplicados, dentre outras despesas:

- I - No financiamento do Programa Armazém Solidário, incluindo-se o pagamento pela prestação de serviços, a aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos, a construção, reforma,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

PROJETO DE LEI N.º 027, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025

ampliação, aquisição ou locação de imóveis, e o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações e serviços do referido Programa;

II - No desenvolvimento de recursos humanos em saúde;

III - na concessão de auxílios e subvenções para o desenvolvimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - No atendimento de despesas, de caráter urgente e inadiável, necessária à execução das ações e serviços específicos voltados ao desenvolvimento das políticas descritas nesta Lei;

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dispondo sobre as normas gerais dos programas e a respeito do funcionamento e a operacionalização do FASAND.

Art. 15. Fica instituído o Selo Instituição Solidária de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Diadema para as organizações e empresas que doarem recursos para o FASAND ou alimentos e demais gêneros para os programas descritos nesta Lei.

Art. 16. Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar.

Art. 17. O art. 5º da Lei nº 4.088, de 21 de julho, passa a vigorar acrescentando-se o “§ 1º”:

“Art. 5º

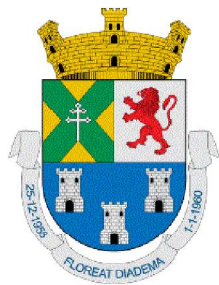
§ 1º O Poder Executivo fica autorizado a efetuar a aquisição de gêneros alimentícios, em caráter complementar observada a disponibilidade orçamentária, a fim de atender aos objetivos do Programa.”

Art. 18. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Diadema, 15 de setembro de 2025

TAKAHARU YAMAUCHI
Prefeito Municipal



Assinaturas do documento



"PL 27 - DISPÕE sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Diadema"

Código para verificação: **HVHM7KEN**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



TAKAHARU YAMAUCHI (CPF: ***.963.558-**) em 17/09/2025 às 15:03:58 (GMT-03:00)
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://eprocesso.diadema.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **PMDI**

00023429/2025 e o código **HVHM7KEN** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.